

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ CURSO SUPERIOR  
DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS  
AGRÁRIAS CAMPUS DOIS VIZINHOS**

**ROSA THAIRINE DOS SANTOS**

**O FECHAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL RURAL JOÃO JOSÉ  
RIBEIRO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU-PR**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II**

**DOIS VIZINHOS-PR**

**2019**

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ CURSO SUPERIOR DE  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS  
AGRÁRIAS CAMPUS DOIS VIZINHOS**

**ROSA THAIRINE DOS SANTOS**

**O FECHAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL RURAL JOÃO JOSÉ  
RIBEIRO NO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU-PR**

Trabalho de Conclusão de Curso II de graduação, de Licenciatura em Educação do Campo- Ciências Agrárias da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Câmpus Dois Vizinhos, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Educação do Campo. Orientador: Prof. Dr. Leandro Turmena

**DOIS VIZINHOS-PR**

**2019**



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

### SEDIDO PELA SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

O FECHAMENTO DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOÃO JOSÉ RIBEIRO NO  
MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU- PR

por

ROSA THAIRINE DOS SANTOS

Este(a) Trabalho de Conclusão de Curso II foi apresentado(a) em dia 17 de dezembro de 2019, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo. O(a) candidato(a) foi arguido(a) pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

(Leandro Turmena)  
Prof.(a) Orientador(a)

---

(Luciana Boemer Cesar Pereira)  
Membro titular

---

(Everton Marcos Batistela)  
Membro titular

**- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso -**

## **AGRADECIMENTOS**

A vida acadêmica é como um voo em um balão, ela te levará a lugares que você nunca imaginaria chegar, te colocará em situações de risco, mas também lhe mostrará caminhos maravilhosos, com paisagens inesquecíveis. Descrever a minha vida acadêmica assim, e demonstrar que eu tenho muito mais para agradecer do reclamar.

Por isso, aqui agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida.

Aos meus pais, por nunca me deixaram faltar nada, principalmente minha mãe, por todas as palavras doces que aconchegavam meu coração nos dias difíceis, e por sempre me motivar a prosseguir.

Agradeço também ao meu namorado e sua família por todo o amor e carinho.

Não poderia deixar de agradecer ao meu orientado Prof. Dr. Leandro Turmena, pela sabedoria que me guiou nessa trajetória e por toda compreensão.

Aos professores Luciana Boemer e Everton Batistela, agradeço enormemente pela disposição em ser minha banca.

Agradeço também aos meus colegas, pelos momentos vividos, que serão eternos em minha memória.

Por fim, agradeço a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pelas oportunidades ofertadas e a todos que por algum motivo contribuíram pra essa pesquisa.

Gratidão a todos!

SANTOS, Rosa T. **O Fechamento da Escola Municipal Rural João José Ribeiro no Município de Reserva do Iguaçu-PR.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Licenciatura em Educação do Campo). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos, 2019.

## RESUMO

A escola é um lugar de encontro com o novo, de acesso a ciência e de preparo dos indivíduos para a sociedade, visto que ela, enquanto instituição social, é reflexo da estrutura econômica dominante, a qual, reflete diretamente, na cultura, nos valores, nos anseios, logo na perspectiva da sociedade. Assim, a escola se faz necessária na vida de todos os sujeitos, sejam eles indígenas, quilombolas, camponeses, negros, refugiados, ribeirinhos, acampados e assentados de reforma agrária. Portanto a seguinte pesquisa busca investigar, como se deu o processo de fechamento da Escola Rural Municipal João José Ribeiro do município de Reserva do Iguaçu, Paraná. Logo, a influência que as mudanças sociais, exerceram nesse processo, buscando entender as dificuldades que muitas escolas do campo enfrentam todos os dias para se manterem ativas diante do alto índice de escolas do campo que vem sendo fechadas no Brasil. Primeiramente foi discorrido sobre a Educação do Campo, sua perspectiva histórica, com seus aspectos teóricos e legais, em seguida problematizamos o índice de fechamento das escolas do campo no Brasil, com ênfase no Estado do Paraná. No entanto o estudo demonstrou que as mudanças estruturais pelas quais, o campo vem passando, devido a modernização da agricultura e avanço do agronegócio, exerceram forte influência no processo de fechamento da escola.

**Palavras-chaves:** Fechamento das escolas. Educação do campo. Políticas de fechamentos.

SANTOS, Rosa T. **The Closing from Municipal Rural School João José Ribeiro from Reserva do Iguaçu-PR.** 2019. Undergraduate Thesis. Degree in Field Education). University Tecnology Federal do Paraná. Dois Vizinhos, 2019.

### **ABSTRACT**

The school is a place of appointment with a new, of access and prepare of individuals for the Society, since it while, social intitution, is reflex of economic structure dominant, which directly reflects, in culture, in the values, in yearings, from foom soon the perspective of Society. Also, the school is necessary, in life of all the individuals, they can be: indigenous, quimlombolas, peasants, black people, refugees, riversides, campers and land reform settlers. As well a the nex following search, seeks to investigate, how the process occurred of closing of Municipal Rural School João Ribeiro from Reserva do Iguaçu, Parana. Therefore, the influence that the social changes, exerte in this process, seeking to understand the difficulty that so many rural schools, face every day,to stay active facing the high index of rural closing schools from Brazil, to emphasis on the State of Parana. Pusuant to, the study showd off that the structural changes by which, the field has been passing, because the modernization of agriculture and Agribusiness advance, exerted a Strong influence in the processo closing fro of chosing the schools.

Key- words: Chosing the schools, Field Education, Clousure Policies.

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres” (Rosa Luxemburgo).

“As Raízes da educação são amargas, mas os seus frutos são doces” (Aristóteles).

## LISTA DE SIGLAS

<b>APMF</b>	Associação de Pais, Mestre e Funcionários
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>FUNDEB</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDEB</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>INEP</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>LDBN</b>	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNATE</b>	Programa Nacional de Transporte Escolar
<b>PR</b>	Paraná



## **SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E LEGAIS.....</b>	<b>13</b>
<b>3. FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO BRASIL: O CASO DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOÃO JOSÉ RIBEIRO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU/PR.....</b>	<b>18</b>
3.1. Caracterização do Município.....	23
3.2. Caracterização da Escola .....	26
3.3. Fechamento da Escola Rural Municipal João José Ribeiro .....	29
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>
<b>APENDICE A .....</b>	<b>39</b>
<b>APENDICE B .....</b>	<b>40</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Há mais de duas décadas, o movimento por Educação do Campo vem resistindo e lutando por escolas e ensino de qualidade. Essa luta tem se mantido por meio dos movimentos sociais do campo, que buscam em sua totalidade reivindicar escolas de qualidade para todas as crianças e jovens, juntamente com uma educação que os permita ser cidadãos com voz e respeito na sociedade, uma educação libertadora, que os transforme em sujeitos críticos e dispostos a lutar pelos seus direitos, assim, valorizando sua realidade enquanto sujeitos formadores de seus conhecimentos.

A Educação do Campo traz consigo, traços de muita luta e conquista. Porém, atualmente vemos esta luta, ser marginalizada diante do alto índice de escolas do campo fechadas no Brasil. As políticas de fechamento utilizadas como argumento pelo Estado, tem exercido forte influência nesses processos, principalmente as políticas de nuclearização e a preconização das escolas do campo. Além disso vemos o campo ser comprimido pelo forte crescimento do agronegócio e expansão da monocultura, ocorrendo o êxodo rural, o que diminui o número de alunos nas escolas do campo.

Através dessa problemática, surge o interesse em investigar os motivos que levaram o fechamento da Escola Municipal Rural João José Ribeiro do município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná. Assim verificar se houve alguma forma de resistência por parte da comunidade escolar, ao mesmo tempo, identificar o número de alunos que precisaram ser remanejados para escolas da cidade e até mesmo se houve participação do município, ou seja, da Secretaria de Educação nos processos de fechamento dessa escola.

Desde modo, essa pesquisa busca em sua continuidade, apresentar as políticas de fechamento, que conseqüentemente, ocasionaram o fechamento da escola de Reserva do Iguaçu, logo expressar o quanto uma escola do campo é importante na vida de crianças e jovens, sejam eles, ribeirinhos, quilombolas, camponeses, indígenas, assentados e acampados de reforma agrária, todos, sem exceções possuem o direito a ensino e escola de qualidade no campo.

Segundo a campanha desenvolvida pela Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, “Fechar escola do campo é crime”, é o mesmo que negar o direito à educação a crianças e jovens do campo, é ir contra a Lei das Diretrizes e Bases

da Educação Nacional (LDBEN) n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que prevê que escola é direito de todos e dever do Estado. Portanto é a partir dessas e outras campanhas, e da Luta do Movimento da Educação do Campo que muitas escolas ainda resistem.

Contudo esse estudo também procura problematizar, sobre a necessidade de disponibilizar uma escola no ambiente de realidade do aluno, abordando conteúdos relacionados com seu dia a dia valorizando suas vivências, tornando-os pessoas que sabem valorizar o ambiente que estão inseridas, assim promovendo cidadãos mais críticos, e dispostos a continuar no campo e lutar por ele. Neste sentido, é importante que as escolas e comunidades continuem resistindo, e lutando pelos seus direitos, não somente por escola e ensino de qualidade, mas, sim por políticas públicas com soberania.

Assim, este estudo apresentará os seguintes procedimentos metodológicos, pesquisa com caráter bibliográfico e pesquisa de campo, observando o fechamento da escola do campo no município de Reserva do Iguaçu/PR, por meio dos dados coletados que serão expostos e analisados no desenvolvimento do texto. Primeiramente, foi realizado a consulta de livros e artigos de autores que contextualizem essa temática. A *posteriori* analisamos, alguns documentos que ainda restaram da escola, como PPP (Projeto Político Pedagógico), Regimento Escolar e Atas de Abertura e Fechamento da APMF. Coletamos e analisamos os dados referentes ao fechamento da escola, por meio de entrevistas, realizadas com a diretora, professora e mãe de alunos, da referida escola, sendo que os dados disponibilizados, foram áudios coletados por meio de entrevistas gravadas. Assim essa pesquisa terá também caráter Qualitativa, que através dos questionários e da literatura, buscará analisar.

O trabalho está estrutura em dois capítulos: O primeiro capítulo apresentará, uma perspectiva histórica da Educação Campo, juntamente com seus aspectos teóricos e legais, mostrando as conquistas e dificuldades pelas quais o movimento por Educação do Campo tem percorrido. Já no segundo capítulo foi desenvolvido a problemática do fechamento das escolas do campo no Brasil e seu elevado índice, ao mesmo tempo, a gravidade desses fatos diante da negação do direito ao acesso a ensino e escolas no campo, principalmente a negação desse direito no município de Reserva do Iguaçu. Logo, será exposto a caracterização do município, também a

caracterização da escola, seguidamente da contextualização de como ocorreu o fechamento da mesma.

Espera-se que este trabalho contribua para o avanço das pesquisas referente a educação do campo, em particular, sobre o fechamento de escolas do campo, como forma de explicação das metamorfoses que ocorrem no campo na atualidade e a implicação destas nas escolas do campo.

## **2. EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E LEGAIS**

Para darmos início a contextualização da problemática da pesquisa, necessita-se que façamos um breve apanhado histórico sobre a Educação do Campo no Brasil que, surgiu por meio dos movimentos sociais do campo, em meados dos anos 1990.

O movimento por Educação do Campo nasceu das diversas contradições sociais, juntamente com indignação pelo desrespeito, que vinham tratando a educação dos povos do campo. Assim, a Educação do Campo, busca em sua luta, denunciar o esquecimento e até mesmo o desinteresse por parte dos órgãos governamentais em propiciar, políticas sociais e educacionais direcionadas aos indivíduos do campo (FERNANDES, CERIOLI, CALDART, 2009).

Durante séculos a formação destinada às classes populares do campo, vinha sendo tratada com descaso e o direito dos povos do campo em ter acesso a políticas educacionais com qualidade, ficava de lado. Desta maneira a Educação do Campo, vem para instigar reflexões que acumulem forças e produção de saberes, quais possam contribuir na negação desse imaginário, acerca dessa visão hierárquica, que há entre o campo e a cidade, assim essas ações podem então ajudar na superação da visão tradicional do imaginário social do “Jeca Tatu” e do campo como espaço atrasado e pouco desenvolvido (MOLINA, 2010).

Nos últimos treze anos, os movimentos sociais e sindicais rurais organizaram-se e desencadearam um processo nacional de luta pela garantia de seus direitos, articulando as exigências do direito à terra com as lutas pelo direito à educação. Esse processo nacionalmente se reconhece como Movimento de Educação do Campo. Sua novidade se refere principalmente ao protagonismo de sujeitos que não haviam antes ocupado a cena educacional brasileira: os trabalhadores rurais [...] (MOLINA, FREITAS, 2011, p.18).

O campo é expressão de diversas formas de ocupação, é lugar de trabalho, de vida, de relações sociais e de culturas dos pequenos agricultores, é espaço para o descanso, para uma vida tranquila, é espaço de lazer e de manter contato com natureza. Porém o campo tem sido também espaço de trabalho temporário sem relações contratuais, espaço de terra como reserva de valor, espaço de produção do agronegócio, da monocultura e da genética amplamente criticada pelos

ambientalistas, o campo passa por um processo de muitas contradições, juntamente com uma grande desigualdade social (VENDRAMINI, 2009).

Entretanto Educação do Campo nasce sobretudo de um outro olhar, aquele que visualiza o campo como um lugar de construção.

De acordo com Arroyo, Caldart e Molina (2009, p.12),

Um olhar que projeta o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, e que projeta seus sujeitos como sujeitos de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação, enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos e políticos.

Os povos do campo, por muito tempo, foram desvalorizados e tratados com indiferenças, e é com a luta dos movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Educação de Base (MEB), Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e entre outros, que essa realidade vem mudando. Esses movimentos, reivindicam uma educação igualitária, de qualidade, que respeite e envolva, todos os indivíduos do campo sejam eles, agricultores familiares, acampados e assentados de reforma agrária, quilombolas, caiçaras, pescadores, ribeirinhos, indígenas, extrativistas e muitos outros.

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e quilombolas. É no campo que estão as florestas onde vivem as diversas nações de indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e sobretudo de educação. (FERNANDES, 2009, p.137)

Assim a luta por Educação do Campo, se faz necessária, para garantir que a voz desse povo oprimido por essa desigualdade seja ouvida, e que suas histórias sejam valorizadas, e que crianças e jovens não tenham seus direitos a educação negado. Segundo Fernandes, Cerioli e Caldart (2009), é no contexto da Educação do Campo que se pode perceber, que o silenciamento e esquecimento não têm mais sentido, e se torna urgente ouvir e entender a dinâmica social, cultural e educativa dos diferentes grupos que formam o povo do campo.

De acordo com Santos (2017, p. 211),

Na atual conjuntura, os movimentos sociais defendem que o campo é mais que uma concentração espacial geográfica. É o cenário de uma série de lutas e embates políticos. É ponto de partida para uma série de reflexões sociais. É espaço culturalmente próprio, detentor de tradições, místicas e costumes singulares.

Nesta perspectiva a Educação do Campo resgata direitos e valores dos povos do campo, resgata o espaço de cidadãos com vozes na sociedade, luta para que o campo seja reconhecido, que agricultura familiar seja valorizada. Desta forma buscase, constantemente para que o campo não seja conhecido como lugar de atraso, mostrando que este é lugar de cultura, de histórias e conhecimentos.

Com o movimento por Educação para Campo e no campo, os seus sujeitos conquistam, o que foi almejado por tanto tempo, reconhecimento por parte dos órgãos governamentais e conquista de direito a políticas educacionais. Conforme a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), na qual, em seu artigo 28, estabelece o respeito com as especificidades dos sujeitos do campo, ressaltando a importância da adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Ainda sobre o artigo 28 da LDBEN, essa adequação as particularidades do povo do campo, significa pensar uma escola, com adaptações necessárias nos conteúdos curriculares e metodologias, e que sejam voltadas para a realidade e necessidades dos estudantes do campo. Nesse sentido (VENDRAMINI, 2009). Contribui dizendo que a Educação do Campo se torna falha quando não leva em consideração as relações entre o trabalho, a cultura, as histórias, ou seja, a vida do sujeito do campo, abrangendo as contradições enfrentadas dia-dia.

Segundo Parecer nº 23001.000329/2001 de 12 de março de 2002:

A orientação estabelecida por essas diretrizes, no que se refere às responsabilidades dos diversos sistemas de ensino com o atendimento escolar sob a ótica do direito, implica o respeito às diferenças e a política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão. Nessa mesma linha, o presente Parecer, provocado pelo artigo 28 da LDB, propõe medidas de adequação da escola à vida do campo.

Já que as orientações estabelecidas pelas diretrizes dizem respeito ao processo de adequação das políticas educacionais a vida dos povos do campo, percebe-se, então a necessidade de se olhar com atenção, para a identidade dos sujeitos do campo, proporcionando a eles uma educação que analise as diversas dimensões que constituem os processos educativos, sejam eles sociais, políticos e culturais (FERNANDES CERIOLI, CALDART, 2009).

Para chegarmos em um ponto central na construção de um projeto juntamente com uma prática de educação básica do campo, necessita-se reconhecer que os processos educativos, ou seja a educação básica tem que prestar especial atenção nas matrizes culturais do homem, da mulher e do povo do campo, valorizando suas relações com trabalho e também suas relações sociais, contribuindo para que os povos do campo tenham sua identidade firmada (ARROYO, 2009).

Assim é necessário a construção de PPP voltado para realidade de seus sujeitos, juntamente com uma escola de qualidade no ambiente de suas vivências, permitindo construir uma escola do campo, a qual signifique fazer uma escola para se viver, invertendo a lógica de que se estuda para sair do campo e de um jeito que não permita a repetição de um depoimento como este “foi na escola onde pela primeira vez senti vergonha de ser da roça”. Construir uma escola do campo significa pensar em fazer a escola a partir de um projeto educativo dos sujeitos do campo (CALDART,2009).

Construir a escola com princípios na educação do campo é trazê-la para realidade na qual está inserida, combinar trabalho com estudo, com organização coletiva, com cultura, com postura de transformar o mundo, reconhecer o campo não apenas como um lugar onde se produz alimento, mas também onde se produz conhecimento. É buscar desenvolver um projeto pedagógico onde se fortalece e se cultiva a identidade do campo, tendo jeitos diferentes de olhar o mundo, fazendo com que os sujeitos do campo se articulem, se organizem e se assumam enquanto sujeitos construtores da sua educação. (BORGES; SILVA, 2013, p. 31).

Assim para tornarmos possível a construção de um projeto juntamente com uma prática de educação básica do campo, necessita-se garantir o acesso a todos os níveis e modalidades de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial), de acordo com o artigo 6º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2009, p. 14),

Um projeto popular de desenvolvimento do campo é uma realidade que começa a ser construída. Consequentemente, exige uma educação que



prepare o povo do campo para ser sujeito desta construção. Uma educação que garanta o direito ao conhecimento, à ciência e à tecnologia socialmente produzidas e acumuladas.

Além de um projeto pensado a partir da vivência de seus sujeitos, necessita-se também de um espaço físico com qualidade lá no campo, inserido nas comunidades quilombolas, camponesas, ribeirinhas, indígenas, em acampamentos e assentamentos, ou seja, uma escola com qualidade estrutural, com bibliotecas, laboratórios de ciências e informática, com quadra de esportes e salas adequadas, para todos os estudantes que compõem o campo sem exceções.

Deste modo, percebemos que de nada adianta pensar em uma Educação do Campo, em um Projeto Político Pedagógico e em metodologias adaptadas, se não houver uma estrutura de qualidade, uma escola que possa suprir as necessidades de seus alunos, e que possibilite a prática desse projeto pensado para os sujeitos do campo.

Assim, é necessário que o Estado invista em políticas educacionais de qualidade e que a educação básica disponibilizada aos povos do campo, não sejam tratadas como políticas compensatórias, como temos visto atualmente, quando vemos as políticas educacionais no Brasil serem tratadas em segundo plano, um exemplo disso, é a preconização e nuclearização das escolas, a má formação docente e um Projeto Político Pedagógico não construindo a partir da realidade de seus sujeitos, desta forma, dia após dia vemos os grandes esforços do movimento sociais do campo se perdendo aos poucos.

Em consequência disso, vê-se a Educação do Campo ser marginalizada na construção de políticas públicas. Inúmeras vezes tratada como política compensatória. Suas demandas e especificidades raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço acadêmico ou na formulação de currículos em diferentes níveis e modalidades de ensino (SANTOS, 2017)

As políticas educacionais no Brasil padecem de uma indefinição de rumos. E as políticas para o campo ainda mais. A escola no meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado o acesso aos avanços nas duas últimas décadas no reconhecimento e garantia do direito à educação básica. (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2009, p.10).

Contudo, a Educação do Campo precisa resistir a esses fenômenos, juntamente com as escolas do campo, principalmente quando vemos o alto índice de escolas do campo sendo fechadas.

### **3. FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO BRASIL: O CASO DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOÃO JOSÉ RIBEIRO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU/PR**

Muito se tem discutido, recentemente, acerca do alto índice de escolas do campo fechando-se no Brasil, porém, ainda há pouca investigação voltada aos fenômenos que impulsionam esses ocorridos. O processo de esvaziamento do campo e a expansão da monocultura, é uma das principais causas do fechamento das escolas, isso tudo por que, o campo tem passado por diversas mudanças estruturais nestes últimos anos, principalmente a partir da expansão do agronegócio, ou seja, da modernização da agricultura Brasileira, que conseqüentemente tem induzindo uma grande diminuição da população do campo.

A fundação do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – conseqüentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada. (FERNANDES, 2005, p.4864).

A cada ano o agronegócio se expande com maior rapidez, assim se territorializa cada vez mais e como consequência disso, desterritorializa a agricultura camponesa e familiar, causando o empobrecimento dos pequenos agricultores, assim, acaba por aumentar cada vez mais a desigualdade no campo, e por si só aumenta o esvaziamento do campo (FERNANDES, 2005).

A Figura 01, irá apresentar o número de pessoas que ocupavam o campo no ano de 1997 até o ano de 2017, demonstrando a diminuição que houve nesse período.

**Figura 01: Número de pessoas que ocupavam o campo no ano de 1977, comparado com o número de pessoas que ocupam o ano de 2017.**

<b>PESSOAS OCUPADAS NO CAMPO</b>					
<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1995 - 1996</b>	<b>2006</b>	<b>2017</b>
Pessoas ocupadas no Campo.	Pessoas ocupadas no Campo.	Pessoas ocupadas no Campo.	Pessoas ocupadas no Campo.	Pessoas ocupadas no Campo.	Pessoas ocupadas no Campo.
Total	Total	Total	Total	Total	Total
<b>20.345.692</b>	<b>21.163.735</b>	<b>23.394.919</b>	<b>17.930.890</b>	<b>16.568.205</b>	<b>15.036.978</b>

Fonte: Elaborada por (SOUZA, 2019). Retirada do CENSO AGROPECUÁRIO, 2017.

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. Essa nova imagem da agricultura é apenas uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando sempre a produção em alta escala assegurada pelas novas tecnologias (FERNANDES, 2005).

Contudo, esses avanços geram consequências negativas no âmbito social, o agricultor é expulso do campo, uma vez que não consegue competir e sobreviver nos moldes propostos pelo agronegócio e com a modernização da agricultura industrial. Isso ocasiona esvaziamento das regiões rurais. Logo também acarretam a diminuição dos alunos das escolas do campo (WEID, 2009).

Desta forma, com o processo de expulsão das pessoas do campo e de esvaziamento populacional das zonas rurais, tem-se a diminuição da clientela escolar das escolas localizadas no campo. E esta é a base explicativa para o problema de fechamento das escolas do campo. (MAZUR, 2015, p. 758).

Como podemos analisar, o fenômeno de esvaziamento do campo é um dos fatores determinantes no fechamento das escolas do campo no Brasil, porém sabemos que não é o único. Segundo o Boletim de Articulação Paranaense por uma

Educação do Campo (2015), o Estado Brasileiro tem usado de várias estratégias, principalmente quando, preconiza as escolas, ou então financia o transporte escolar, que leva as crianças que residem no meio rural, para estudar nas escolas do meio urbano.

Contudo esse transporte escolar é financiado pelo Ministério da Educação, o qual tem repassado recursos por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), para que os municípios e estados, adquiram ônibus para transporte dos estudantes. Ferreira e Brandão (2012), contribuem dizendo que a disponibilização do transporte escolar, fortalece a ideia de que escola da cidade é melhor que escola do campo.

Assim essa política de financiamento de transporte, visa também, concentrar os alunos em apenas uma escola, conseqüentemente a escola do campo que possui porcentagens pequenas de alunos será a mais afetada, pois terá uma redução ainda maior, de sua clientela, ficando cada vez mais fragmentada. Desta forma, acaba por fortalecer ainda mais as políticas de nuclearização das escolas do campo.

Além desses fenômenos, é preciso considerar que, com a diminuição do número de alunos, os recursos via FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) - criado pela Ementa Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº11.494/2007 – também diminui, pois, o repasse do recurso é de acordo com a quantidade de alunos que escola possui, porém esse processo faz com que os recursos disponibilizados não atendam as demandas das escolas, o que acaba preconizando-as ainda mais.

Segundo Mariano e Sapelli, (2014, p.9).

Em relação às políticas educacionais, identificamos dois fatores que contribuíram para o fechamento de escolas no campo: o primeiro foi o repasse de recurso via FUNDEB que estipula o valor nacional por aluno/ano que representa um referencial mínimo a ser complementado pela união em conjunto com o estado ou município. Essa estipulação de valor per capita por aluno levou muitos gestores municípios e estaduais a fechar escolas em função do número reduzidos de estudantes.

Em virtude desses fatos mencionados, as escolas do campo se veem obrigadas a fechar turmas, turnos e concentrar todos alunos em poucas salas, para de certa forma diminuir os gastos e conseguir manter-se ativa diante de tantas dificuldades, quando não possui material didático suficiente, merenda escolar que

atenda demanda de todos os alunos e uma escola com estrutura adequada e de qualidade. Por isso tudo, vemos a Educação do Campo ameaçada com o alto índice de escolas do campo fechadas no Brasil.

Assim, podemos perceber uma diminuição das instituições de ensino no meio rural, o que, respectivamente, acarreta, em uma maior porcentagens de alunos remanejadas para escolas da cidade, deste modo, podemos identificar isso na figura a seguir:

**Figura 02 - Número de estabelecimentos de ensino - Educação Básica**

Ano	Total	Urbano	Rurais
1997	225.520	87.921	137.599
2018	181.939	124.330	57.609
Diferença	- 43.581	+36.409	- 79.990

Fonte: Elaborada por ALENTEJANO e CORDEIRO, Censo Escolar – INEP.

Essa diminuição só nos mostra que houve mais fechamento do que abertura de instituições no campo. Assim, de acordo com o Boletim de Articulação Paranaense por uma Educação do Campo (2015, p. 03), podemos identificar que:

Nos últimos anos as comunidades camponesas têm sofrido com o fechamento de escolas do campo, de 2003 a 2014, foram fechadas no Brasil, mais de 37 mil escolas, no Paraná no ano de 2014 foram mais de 100 escolas. Essa situação tem demonstrado que aos povos do campo tem sido negado o direito a educação no lugar onde vivem.

Assim, ao analisarmos esses dados, diagnosticamos, que todas as regiões do Brasil são afetadas fortemente, com o fechamento de escolas do campo. Deste modo, a figura a seguir irá expor o fechamento das escolas do campo de região para região.

**Figura 03 – Fechamento de escolas do campo por região, no Brasil – 2003-2012.**

Região	2003	2012	Escolas Fechadas
Nordeste	58.819	41.927	16.882
Norte	19.662	15.952	3.710
Sudoeste	12.793	8.813	3.980
Sul	9.329	5.604	3.725
Centro-Oeste	2.725	1.816	908

Fonte: Censo Escolar 2003 e 2012 MEC/INEP

Contudo ao analisarmos a região Sul, conseguimos identificar que, uma região, na qual, apresenta apenas três Estados, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tem apresentando um elevado número de escolas do campo fechadas entre poucos anos. Segundo dados do Censo Escolar 2003 e 2012, em especialmente no Paraná, Estado, no qual, a escola que foi objeto dessa pesquisa, está inserida, foram fechadas em um período de oito anos, 759 escolas do campo. Essa situação, tem nos revelado como as políticas educacionais direcionadas aos povos do campo, vem sendo tratadas com descaso em nosso Estado.

Essa negação do direito a educação, só tem nos mostrado como as políticas de fechamento das escolas do campo vem desempenhado grandes efeitos negativos. Diante desses dados, o Movimento do Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), promoveram no ano de 2011, uma campanha, a qual se denomina “Fechar escola é crime” como forma de expressar sua indignação acerca desses dados alarmantes, ao mesmo tempo, denunciar essa negação à educação aos povos do campo (ALENTEJANO., CORDEIRO, 2019).

No entanto, essa campanha não foi tão eficaz, pois os fatos continuaram a acontecer, segundo dados do INEP, levantados através do número de estabelecimentos de ensino, no Brasil entre o ano de 1997 e 2018, foram fechadas, no Brasil, quase 80 mil escolas no campo. Esses dados nos mostram a negligência com que a educação dos povos do campo tem sido tratada.

Embora tenha ocorrido, no ano de 2014 uma incorporação no artigo 28 da Lei nº 9.394 de 1996, a qual acrescenta um parágrafo único por meio da Lei nº 12.960, que tem como objetivo, dificultar o fechamento de escolas da zona rural, ou seja escolas do campo em todo Brasil (BRASIL, 1996).

Art. 28 - Parágrafo único: O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL, 1996).

No entanto os dados expostos anteriormente, mostram-nos uma grande contradição, pois, enquanto se avançou no âmbito legislativo e nas políticas públicas para Educação do Campo, não houve, ações suficientes que evitassem que as

portas de escolas do campo de todo o Brasil, continuam fechando-se (MARIANO, SAPELLI, 2014).

Deste modo, volta-se um olhar preocupante para o município de Reserva do Iguaçu, do Estado Paraná, que entre os anos de 2014 e 2015, fecharam-se duas escolas do campo, uma na comunidade de Santo Antão e outra na Comunidade de Soares. Entretanto, essa pesquisa vai abordar o caso do fechamento da escola da comunidade de Santo Antão, a Escola Rural Municipal João José Ribeiro.

### 3.1. Caracterização do Município

O município de Reserva do Iguaçu, está localizado na região centro sul do Paraná (conforme Figura 04), é um município bem pequeno, que anteriormente, era distrito do município de Pinhão e se chamava Rondinha, esse nome lhe foi dado, pelo fato de servir como local de “ronda”, quando os tropeiros vinham do Rio Grande do sul a caminho de Sorocaba, São Paulo, tropeando seus animais para venda. No entanto, se tornou ponto de pouso, devido sua fartura de pastos para os animais e da facilidade de obtenção de água dos arroios e do rio Iguaçu.

**Figura 04 – Localização do Município de Reserva do Iguaçu**



**Fonte:** Dados do Mapa, 2019 – retirado de Cidade Brasil.

Portanto, é a partir daí que, vai se povoando e aos poucos se construindo, até se tornar município no ano de 1997, quando é emancipado e deixa de ser distrito de

pinhão e de se chamar rodinha. Atualmente, segundo dados do censo 2010, Reserva do Iguaçu consta com uma população estimada de 8.010 habitantes. Sendo que 3.921 habitantes residem no meio urbano e 3.406 residem no meio rural, totalizando uma porcentagem de 56% no meio urbano e 54% no meio rural.

Mediante ao exposto, podemos afirmar, que mesmo que a maior porcentagem de habitantes, esteja residindo na cidade, o que, basicamente o que movimenta a economia do município, é a agricultura e pecuária. segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) é de 18.755, 37 per capita.

Reserva do Iguaçu, possui uma extensão territorial de 834,232 km<sup>2</sup>, mesmo sendo um município pequeno, consegue retirar seu sustento dessa terra, em vista disso pode-se perceber que, mesmo de forma indireta, o campo estabelece grande influência na movimentação do município. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), é 0,648, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio, sendo que a dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,820, seguida de Renda, com índice de 0,636, e de Educação, com índice de 0,521. (PNUD, IPEA,2010).

O município de Reserva apresentava um total de nove escolas, cinco delas eram situadas no campo e as outras quatro no meio urbano. Atualmente o município conta apenas com sete escolas, pois duas das escolas que se situavam no campo, foram fechadas entre os anos de 2014 e 2015.

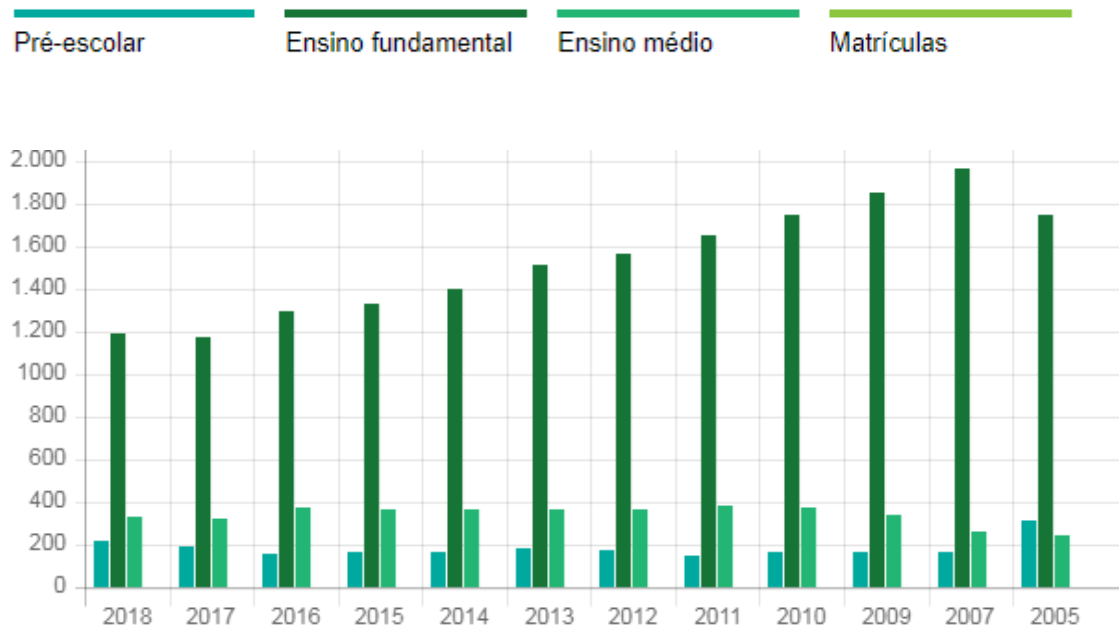
Segundo o IBGE, (2010) O índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), de 4,8% nos anos iniciais do ensino fundamental, já nos anos finais do ensino médio é de 4,3%, tendo então, uma taxa de escolarização dos 6 aos 14 anos de 98%.

Com relação ao número de matrículas no município Reserva do Iguaçu, segue abaixo uma figura, para melhor expor o número de matrículas nas diferentes modalidades de ensino.



**Figura 05:** Matrículas realizadas no município de Reserva do Iguaçu entre o período de 2005 até 2018

**Matrículas** ( Unidade: matrículas )



Fonte: IBGE (2019)

Após a análise dos dados presentes no gráfico, foi elaborado uma tabela com o total de matrículas realizadas em cada ano, desde 2005 até 2018. Assim a seguir estará exposta a tabela 01:

**Tabela 01: Matrículas no Município de Reserva do Iguaçu, 2005 -2018.**

Ano	Pré-escola	Ensino fundamental	Ensino Médio
2005	319	1.748	244
2007	171	1.967	263
2009	169	1.849	341
2010	172	1.750	381
2011	149	1.653	385
2012	181	1.565	372
2013	184	1.514	371
2014	166	1.404	370
2015	172	1.331	368
2016	168	1.299	380
2017	193	1.175	322
2018	221	1.192	330

Fonte: IBGE (2019).

No entanto, ao analisarmos, ano por ano, nível por nível, se tem a percepção de que, o número de matrículas da Pré-escola, teve uma diminuição com o decorrer dos anos. Contudo o número de matrículas do Ensino Fundamental já teve um pouco de oscilação, nos primeiros anos de 2005 à 2010 teve um aumento nas matrículas, porém, a partir de 2010 até 2018, o número de matrículas só foi diminuindo. Já nas matrículas feitas no Ensino Médio, os resultados foram diferentes das modalidades anteriores, apresentou no decorrer dos anos um acréscimo no número de matrículas realizadas.

### **3.2. Caracterização da Escola**

Para discorrermos como se deu o processo de fechamento da Escola Rural Municipal João José Ribeiro no município de Reserva do Iguaçu, é importante conhecermos, mesmo que brevemente, sua história.

A Escola Rural Municipal João José Ribeiro, está localizada na comunidade de Santo Antão, teve início no ano de 1997 e surgiu a partir da iniciativa de algumas professoras formadas no magistério, que lecionavam para as crianças da comunidade. Essas crianças até então, não tinham acesso a escolarização, no entanto é acerca dessa situação, que começa a surgir as escolas rurais (PPP, 2011, p. 10).

As escolas rurais funcionavam da seguinte maneira, as professoras que se prontificavam, sediam um espaço, em suas casas ou nas de seus pais, para transformar em sala de aula, ali lecionavam aulas com conteúdo de todas as disciplinas e os materiais didáticos utilizados, eram quase sempre oriundos de doações. A partir dessa iniciativa a clientela escolar foi aumentando, chegando a ter um total de cinco escolas na comunidade.

No ano de 1996, as professoras em união com pais, solicitaram uma escola com estrutura adequada para todas as crianças oriundas da comunidade de Santo Antão, também para as crianças das comunidades vizinhas. No ano de 1997 foi realizada uma reunião junto ao prefeito e aos pais, para contagem dos alunos e separação por séries. Assim, foi levantada a primeira escola, construída com materiais doados pela empresa da Copel. Em abril de 1997, iniciou-se as atividades com aproximadamente 110 alunos. (PPP, 2011, p. 13).

Segundo a Ata de Constituição da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), em agosto de 1997, reuniram-se em assembleia geral, professores, funcionários e pais de alunos da Escola Rural Municipal João José Ribeiro, bem como pessoas interessadas com a situação da escola, com finalidade de constituir a APMF e assim melhorar o andamento das questões legais da instituição de ensino.

Com o decorrer dos anos, a escola foi se adequando e no ano de 2003, foi construída uma nova estrutura, a partir de recursos próprios do município. Contudo a escola passa a ter capacidade estrutural para promover um ensino de qualidade para todos os seus alunos. Essa nova estrutura contava com um total de sete salas de aula, três banheiros, cozinha, refeitório, uma pequena biblioteca e um laboratório de informática.

A escola apresentava também uma horta, construída pelos alunos, um parquinho, como meio de diversão na hora do intervalo. Sua equipe pedagógica era formada por oito professores, mais a diretora e uma pedagoga, tendo também duas zeladoras e uma cozinheira. Como podemos observar a escola apresentava uma estrutura de qualidade e ao mesmo tempo uma equipe docente adequada. (PPP, 2011, p. 15). Contudo, as imagens a seguir irão mostrar a estrutura da Escola Rural João José Ribeiro:

**Imagem 01 – Portão de entrada.**



Fonte: Rosa Thairine do Santos, 2017.

**Imagem 02 - Pátio da Escola.**



Fonte: Rosa Thairine dos Santos, 2017.

**Imagem 03 – Parquinho.**



Fonte: Rosa Thairine dos Santos, 2017.

### **3.3. Fechamento da Escola Rural Municipal João José Ribeiro**

Embora a escola dispusesse, de uma boa estrutura, tanto humana, quanto física, que, de certa forma possibilitaria um ensino de qualidade para todos alunos da comunidade e assim serviria como um bom pretexto, no quesito de se manter ativa. Por si só, não foi suficiente, pois as políticas usadas como argumento a favor do fechamento da escola foram muitas.

Entre os fatores que levaram o fechamento da referida escola, o êxodo rural, vem a ser um dos principais, já que esse fenômeno de esvaziamento do campo é consequência do avanço do agronegócio, o qual tem expandido a monocultura e a concentração de terra, repercutindo na valorização e aumento do uso de agrotóxicos e na diminuição da agricultura familiar e camponesa, fazendo com que o pequeno agricultor venda ou abandone sua propriedade e vá para cidade em busca de melhorias para sua sobrevivência.

Esse fenômeno de certa forma, influenciou grandemente no fechamento da escola João José Ribeiro, tudo isso, em decorrência modernização da agricultura, a qual, visa a produção em alta escala. Como a comunidade era basicamente constituída por pequenos agricultores e boa parte desses agricultores não conseguiram se introduzir nos moldes dessa agricultura moderna, e muito menos

adquirir maquinários altamente tecnológicos, vão sendo obrigados a vender suas propriedades e ir em busca de outras atividades rentáveis. Segunda uma das mães, entrevistada durante a pesquisa de campo:<sup>1</sup> “Muitos dos nossos companheiros foram desistindo de trabalhar aqui na roça e continuar aqui lutando pela nossa comunidade, no fim das contas sempre acabavam vendendo sua terra pros alemão e indo trabalhar nas barragens”.

Entretanto é por meio de depoimentos como este, que conseguimos visualizar a realidade que tem impactado tanto no fechamento das escolas, em especial na escola estudada. Isso tudo porque, se há esvaziamento do campo, contudo, haverá, diminuição da clientela escolar (WEID,2009).

Além desse fenômeno, o número de alunos da escola, foi impactado, por meio do transporte escolar, financiado pelo Ministério da Educação, o qual transportava os alunos da sua residência no campo até a escola da cidade, fator que determinou uma grande diminuição do número de alunos, fortalecendo enormemente as políticas de nuclearização. Essa disponibilização de transporte, além de causar uma enorme diminuição dos alunos da escola, cria uma falsa ideia de que a escola da cidade é melhor que a escola do campo, acabando por fortalecer a valorização do transporte em detrimento das escolas do campo (FERREIRA, BRANDÃO, 2012).

A professora e mãe de aluno entrevistada na pesquisa a campo contribui dizendo:

A princípio as crianças até gostaram da ideia de andar de ônibus todos os dias, mas depois de um tempo, quando chovia o ônibus não vinha e eles tinham que ficar sem ir nas aulas, o pior mesmo é quando encalhava no meio da estrada e eles ficavam até a noite na estrada<sup>2</sup>.

Esses fenômenos citados acima repercutiram fortemente na realidade da escola, pois com o processo de saída das pessoas do campo, acarretou uma diminuição dos alunos que frequentavam a escola, porém quando Estado utiliza de suas artimanhas, fortalecendo o acesso ao transporte, acaba também por fortalecer a saída de mais alunos da escola.

---

<sup>1</sup> Transcrição de Fala

<sup>2</sup> Transcrição de Fala

Deste modo no ano de 2013 a escola chegou a ter apenas 19 alunos matriculados, os docentes já estavam também em números reduzidos, a escola não vinha passando por uma situação financeira agradável, até porque quando os números de alunos estão reduzidos, conseqüentemente os recursos repassados via FUNDEB serão menores.

Contudo a escola passou a funcionar em apenas no período matutino e os 19 alunos foram concentrados em apenas duas salas de aulas. Com essa grande redução dos alunos a Secretaria de Educação começa a pressionar a escola, primeiramente, reduz o número de funcionários da escola e depois começa as propostas para remanejar esse restante de alunos para as escolas da cidade.

Assim no ano de 2014 a Secretaria de Educação do município age novamente, propondo um futuro fechamento da escola, pois esta, de certa forma, pretendia cortar possíveis gastos, devido o número de alunos estar bem reduzido. Segunda a Diretora da Escola: <sup>3</sup>“O discurso utilizado como argumento pela secretaria, foi assim, nós levamos esses 19 alunos para escola da sede, e encaixamos vocês professores no quadro de funcionários de lá”.

Porém, logo após essa situação os pais, juntamente com os professores, se mobilizam realizando um abaixo assinado, propondo a criação de um transporte Inter Campo sendo que este levaria os alunos da comunidade de Barreiros que se localiza próxima à comunidade de Santo Antão, até a escola, assim aumentando o número de alunos e de certa forma, prolongando o fechamento da mesma.

A escola também utilizou de outras formas para intervir, como o discurso era a redução dos gastos, a escola passou a promover, gincanas, torneios e festas juntamente com a comunidade, com a intenção de arrecadar fundos em busca de ter condições financeiras para continuar em funcionamento.

No entanto isso não foi o suficiente, pois no ano seguinte a escola não conseguindo suprir suas necessidades realiza uma reunião, para o fechamento da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF). Assim no dia 25 de março de 2015, de acordo com a ATA, a comunidade escolar decide que seria mais viável o fechamento da APMF, pois a escola não estava conseguindo efetuar o pagamento do contador que realizava a prestação de contas da escola para o governo.

---

<sup>3</sup> Transcrição de Fala

Essa reunião fez-se pensar se escola conseguiria se manter ativa, já que a APMF seria fechada, e as condições financeiras da escola, iam de mal a pior. Segundo a ATA de Fechamento da Associação de Pais, Mestres e Funcionários, alguns professores que também eram pais de alunos, não queriam o fechamento da escola, pelo fato de conhecerem a importância da escola do campo para seus filhos, mas também não podiam ser a favor daquela realidade que seus filhos e alunos vinham vivenciando.

De acordo com Ata de Fechamento da APMF (2015):

A diretora fez a explanação explicando que precisamos de questões financeiras para que a entidade prossiga ativa e que estas dificultam devido a não ter meios para se obtê-las, já que promoções com fins lucrativos foram proibidas por lei na escola e o número de alunos é bem reduzido. A mãe que estava presente, coloca como a escola vai se manter sem a APMF? e como vão fechar a escola que nossa comunidade tanto lutou para conquistar?

Em virtude disso na mesma reunião decide-se que seria mais conveniente o fechamento da escola, já que está, não teria condições mínimas para se manter ativa, e muito menos para ofertar um ensino de qualidade, sendo que a maioria dos professores, já teriam sido remanejados para outra escola.

Com isso a escola encerra suas atividades no ano de 2015 e os poucos alunos que restavam, foram encaminhados para a Escola Municipal Pedro Siqueira, localizada na cidade. Após o fechamento da escola a estrutura da mesma ficou abandonada, atualmente a prefeitura cedeu para uma família carente morar. Isso estará exposto na imagem 04.

No entanto, o fechamento da Escola Rural Municipal João José Ribeiro, não foi somente a negação do direito a escolarização para aqueles 19 alunos, foi também a perda de uma estrutura de qualidade, a perda de histórias, de costumes e culturas da comunidade.



**Imagem 04 – Atualmente a escola encontra-se cedida à família carente**



Fonte: Rosa Thairine dos Santos, 2019.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As hipóteses levantadas no projeto de pesquisa foram a fim de explicar os motivos pelos quais, se concretizou o fechamento da escola do campo do município de Reserva do Iguaçu. A preconização das escolas do campo por meio do Estado, não estavam diretamente ligadas ao fechamento da escola em si, embora possam ter contribuído indiretamente. Por ser uma escola municipal, o fechamento também se deu em função da falta de interesse municipal, em buscar alternativas para facilitar o acesso escolar da comunidade local, ou por priorizar o corte de gastos. Outro fenômeno que contribuiu para o fechamento da escola foi o esvaziamento do campo (êxodo rural), acarretando, em um baixo número de alunos a frequentar a escola.

Mediante aos dados da pesquisa, pode-se analisar que o processo de fechamento da Escola Rural Municipal João José Ribeiro esteve diretamente ligado com as mudanças estruturais, de modernização e desenvolvimento do campo. O processo que, acarretou o esvaziamento da comunidade de Santo Antão e na diminuição de alunos que frequentavam a escola.

O fenômeno da modernização da agricultura, torna o campo um espaço de produção e espaço de disputa de interesses econômicos e políticos. No entanto, o campo não é somente um espaço de produção, é também espaço, de histórias, de

culturas, de trabalho e formação de conhecimento sobre a realidade que os sujeitos estão inseridos.

Neste sentido o fechamento das escolas campo, fere constitucionalmente o direito dos sujeitos, de se ter acesso a escolarização e principalmente que esta seja em seu ambiente de realidade, valorizando suas especificidades.

Constitucionalmente, o fechamento das escolas fere quatro dimensões do direito ao ensino: disponibilidade; acessibilidade; aceitabilidade e adaptabilidade. A escola precisa existir, do contrário, não há disponibilidade. A distância percorrida pelos educandos até as escolas urbanas fere a acessibilidade, que é um direito que começa com a escola próxima onde a demanda existe, conforme Constituição Federal (1988) e Lei n. 9.394 (1996). (FERREIRA; BRANDÃO, 2012, p.83.)

Deste modo, afirmamos que a escola deve se constituir fundamentalmente pelos autores que nela estão envolvidos, levando em consideração sua relação com trabalho, com suas culturas, suas histórias, com seus costumes e que principalmente a metodologias de ensino sejam baseadas na especificidade de seus sujeitos.

Neste contexto, é importante percebermos que o fechamento da Escola Rural Municipal João José Ribeiro, de certa forma, acarretou na perda dessas especificidades, pois, quando seus 19 alunos restantes foram remanejadas para a escola da cidade, por si só, tiveram seu direito à metodologias adequadas e voltadas para sua realidade, juntamente com uma escola no ambiente de sua realidade, negados.

Por fim, ressaltamos que os resultados obtidos através dessa pesquisa, tiveram tamanha relevância, pois a partir deles, conseguimos diagnosticar os processos envolvidos no fechamento da Escola Rural Municipal João José Ribeiro e que possivelmente podem ter relação com fechamento de muitas escolas do campo do Brasil. Ao mesmo tempo, esses resultados podem sanar dúvidas e indiretamente colaborar para que casos como estes não ocorram mais.

## 5. REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo; CORDEIRO, Tassia. **80 mil Escolas do Campo Brasileiro Foram Fechadas em 21 anos**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/11/29/artigo-or-80-mil-escolas-no-campo-brasileiro-foram-fechadas-em-21-anos/>>. Acessado em 01/12/2019.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**: Apresentação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p.12.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**: Apresentação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p.10.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**: Apresentação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p.14.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. Cap. 2. p. 65-86.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2001). Parecer nº 23001.000329/2001-55, de 12 de março de 2002. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Parecer Cne/Ceb 36/2001**. Brasília. DF, Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6803-pceb036-01&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6803-pceb036-01&Itemid=30192)>. Acesso em: 25 jun. 2019.

BOLETIM DE ARTICULAÇÃO PARANAENSE POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. ALERTA: **Escolas do Campo estão sendo Fechadas**, 2015.

CALDART, R. S. **Educação do Campo: notas para uma análise de percurso**. In: Trabalho, Educação e Saúde, vol. 7, n.º 1. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, março – junho de 2009.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 4 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009. Cap. 5, p. 157.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 257- 265.

FARIAS, Maria Isabel et al (Org.). **Experenciando a Educação do Campo**. 3. ed. Litoral: UFPR-Litoral, 2013. 293 p.

FARIAS, Maria Isabel et al (Org.). **Experenciando a Educação do Campo**: Cap. 1; 3. ed. Litoral: UFPR-Litoral, 2013. P.31.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma Caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. Cap. 4, p. 137.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional " Por uma Educação Básica do Campo". In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. Cap. 1. p. 21-63.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio na América Latina: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Por uma Geografia Latino-americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade. São Paulo: X EGAL, 2005, p. 4.864.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação / Transporte Escolar / Dados Estatísticos. Brasília/DF, 2010. Disponível em: Acesso em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/transp-dados-estatisticos>> 29/11/2019.

FERREIRA, Fabiano De Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação e Políticas de Fechamento de Escolas do Campo**. Paraná, 2012. Disponível em: <[https://www.google.com/search?xsrf=ACYBGNR\\_S1GVAHmeNZEWhiBOvS0brbJ0Xw%3A1576252454031&ei=JrTzXZLEAYjH5OUPz6GYsA0&q=ferreira+](https://www.google.com/search?xsrf=ACYBGNR_S1GVAHmeNZEWhiBOvS0brbJ0Xw%3A1576252454031&ei=JrTzXZLEAYjH5OUPz6GYsA0&q=ferreira+>)>. Acessado em: 21/11/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Reserva do Iguaçu. IBGE:2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/reserva-do-iguacu/panorama>>. Acesso em: 25 de jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017: Resultados Preliminares. Censo agropec., Rio de Janeiro, v.7, p.1-108. 2017.

MARIANO, Alessandro Santos; SAPELLI, Marlene Lucia. S. **Fechar Escola é Crime Social: Causas, Impacto e Esforços Coletivos Contra o Fechamento de Escolas no Campo**. Toledo – Paraná, 2014, p 9. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=Fechamento+de+Escolas+do+Campo%3A+Alguns+Apontamentos&ogq=Fechamento+de+Escolas+do+Campo%3A+A>>. Acessado em 03/12/2019.

MARIANO, Alessandro Santos; SAPELLI, Marlene Lucia. S. **Fechar Escola é Crime Social: Causas, Impacto e Esforços Coletivos Contra o Fechamento de Escolas**

no **Campo**. Toledo – Paraná, 2014. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=Fechamento+de+Escolas+do+Campo%3A+Alguns+Apontamentos&oq=Fechamento+de+Escolas+do+Campo%3A+A>>. Acessado em 11/12/2019.

MAZUR, Ivania Piva. **Fechamento de Escolas do Campo: Alguns Apontamentos**. 2015, p.758. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=Fechamento+de+Escolas+do+Campo%3A+Alguns+Apontamentos&oq=Fechamento+de+Escolas+do+Campo%3A+A>>. Acessado em: 12/10/2019.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa II**. MDA/MEC 2010. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=Durante+s%C3%A9culos+a+forma%C3%A7%C3%A3o+destinada+%C3%A0s+classes+populares+do+campo%2C+vinha+sendo+tratada+com+desc>>. Acessado em: 23/11/2019.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helena Célia. A. (Org.). **Educação do Campo**: Brasília, 2011, p.18. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=Nos+%C3%BAltimos+treze+anos%2C+os+movimentos+sociais+sindicais+rurais+organizaram-se+e+desencadearam+um>>. Acessado em 21/11/2019.

PARANÁ, Secretaria de estado da educação. Superintendência da educação. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Curitiba: 2010.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Rural Municipal João José Ribeiro – Ensino Fundamental. Reserva do Iguaçu. 2011.

SANTOS, Ramofly Bicalho. História da educação do campo no Brasil: Protagonismo do Movimentos Sociais. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptPT&as\\_sdt=0%2C5&q=HIST%C3%93RIA+DA+EDUCA%C3%87%C3%83O+DO+CAMPO+NO+BRASIL%3A+O+protagonismo](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptPT&as_sdt=0%2C5&q=HIST%C3%93RIA+DA+EDUCA%C3%87%C3%83O+DO+CAMPO+NO+BRASIL%3A+O+protagonismo)>. Acessado em: 20/10/2019.

SANTOS, Ramofly Bicalho. História da educação do campo no Brasil: Protagonismo do Movimentos Sociais. Rio de Janeiro, 2017, p. 211. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptPT&as\\_sdt=0%2C5&q=HIST%C3%93RIA+DA+EDUCA%C3%87%C3%83O+DO+CAMPO+NO+BRASIL%3A+O+protagonismo](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptPT&as_sdt=0%2C5&q=HIST%C3%93RIA+DA+EDUCA%C3%87%C3%83O+DO+CAMPO+NO+BRASIL%3A+O+protagonismo)>. Acessado em: 20/10/2019.

VENDRAMINI, Celia R. **A Educação do Campo na Perspectiva do materialismo Histórico Dialético**. In: COUTINHO, A. F. Diálogos sobre a questão da Reforma Agrária e as políticas de Educação do campo. São Luís: Edefma, 2009. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptPT&as\\_sdt=0%2C5&q=A+Educa%C3%A7%C3%A3o+do+Campo+na+Perspectiva+do+Materialismo+Hist%C3%B3rico+Dial%C3%A9tico](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptPT&as_sdt=0%2C5&q=A+Educa%C3%A7%C3%A3o+do+Campo+na+Perspectiva+do+Materialismo+Hist%C3%B3rico+Dial%C3%A9tico)> Acessado em 28/11/2019.

WEID, Jean Marc Von Der. Um novo lugar para a agricultura. In: PETERSEN, Paulo (Org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

## APENDICE A

- **Questionário Direcionado a Diretora/Pedagoga da Escola**

1. Qual o seu Nome?
2. Quanto tempo atuou como diretora?
3. Quais eram as características da escola?
4. Quais eram as principais dificuldades que escola enfrentava?
5. Quando começou as primeiras ameaças para um possível fechamento?
6. Quais era os motivos que estavam por trás do discurso para fechar a escola?
7. Quais foram as medidas tomadas pela escola para que não ocorresse o fechamento?
8. Quando a escola fechou? E como ocorreu essa decisão de fechar?
9. Quais os impactos para comunidade escolar?
10. Quantas comunidades a escola atendia?
11. Como se dava o repasse de verbas para escola? Eram suficientes?

## APENDICE B

- **Questionário para professores participantes da APMF**
  1. Nome?
  2. Quanto tempo atua como professor (a)?
  3. Quanto tempo atuou como professor(a) na escola?
  4. Qual sua formação?
  5. Quais eram as principais dificuldades enfrentadas pela escola com o risco de fechamento?
  6. Quais as dificuldades da APMF para se manter ativa?
  7. Quais foram as ações de resistência da APMF, em relação ao fechamento da escola?
  8. Como se dava o financiamento da escola (verbas/recursos)?
  9. Quais os impactos gerados na comunidade escolar?
  10. Por que fechou?